

VOTO

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN: Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA, impugnando os artigos 223-G, §1º, I a IV, e §2º da CLT, com a redação da Lei 13.467/2017, sem as modificações introduzidas pelo art. 1º da Medida Provisória 808/2017. Eis o teor dos dispositivos impugnados:

Art. 223-A. Aplicam-se à reparação de danos de natureza extrapatrimonial decorrentes da relação de trabalho apenas os dispositivos deste Título.

Art. 223-G. Ao apreciar o pedido, o juízo considerará:

(...)

§ 1º Se julgar procedente o pedido, o juízo fixará a indenização a ser paga, a cada um dos ofendidos, em um dos seguintes parâmetros, vedada a acumulação:

I - ofensa de natureza leve, até três vezes o último salário contratual do ofendido;

II - ofensa de natureza média, até cinco vezes o último salário contratual do ofendido;

III - ofensa de natureza grave, até vinte vezes o último salário contratual do ofendido;

IV - ofensa de natureza gravíssima, até cinquenta vezes o último salário contratual do ofendido.

§ 2º Se o ofendido for pessoa jurídica, a indenização será fixada com observância dos mesmos parâmetros estabelecidos no § 1º deste artigo, mas em relação ao salário contratual do ofensor.

Em síntese, impugna-se a norma que determina ser a reparação por danos extrapatrimoniais decorrentes da relação de emprego disciplinada, exclusivamente, pelos dispositivos constantes do Título II-A da CLT, bem como a disposição que estabelece limites do valor a ser pago a título de indenização por danos extrapatrimoniais decorrentes da relação de trabalho.

Dentre os principais argumentos das ações diretas ajuizadas, destacam-se: i) que a lei ordinária não pode impor limites ao poder judiciário para a fixação de indenização por danos extrapatrimoniais, especialmente, em face do princípio da reparação integral e porque a Constituição não o fez (art. 5º, V e X, CRFB); ii) que há ofensa ao princípio da isonomia, considerando a

base de cálculo proporcional ao salário do trabalhador (art. 5º, caput, CRFB); iii) que há quebra da isonomia também pelo fato de a indenização por dano extrapatrimonial não ser limitada na justiça comum, desequilibrando as situações idênticas somente em virtude do contexto de ocorrerem em uma relação de trabalho; iv) que há interferência no livre convencimento do juiz e na fundamentação adequada das decisões judiciais referentes à fixação de indenização por danos extrapatrimoniais decorrentes da relação de trabalho (art. 93, IX, CRFB); e v) que a tarifação, como limite, permite odiosa comparação prévia do valor da indenização em relação ao custo das medidas preventivas em prol da saúde do trabalhador e segurança do meio ambiente laboral (art. 1º, III, 6º e 225, CRFB).

A Procuradoria-Geral da República opina pela procedência dos pedidos das ações diretas, em parecer assim ementado:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI 13.467/2017. ART. 223-G-§1º DA CLT. INDENIZAÇÃO DE DANO EXTRAPATRIMONIAL NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO. TARIFAÇÃO. NORMA QUE INSTITUI VALORES MÁXIMOS A TÍTULO INDENIZATÓRIO. TUTELA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS PERSONALÍSSIMOS. ART 5º-V-X DA CF/1988. PRINCÍPIO DA REPARAÇÃO INTEGRAL DO DANO. IMPOSSIBILIDADE DE RESTRIÇÃO DA TUTELA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS. NORMA RESTRITA À ÓRBITA DAS RELAÇÕES DE TRABALHO. LIMITAÇÃO TUTELAR DETERMINADA PELA QUALIDADE DE EMPREGADO OU PRESTADOR DE SERVIÇO DA VÍTIMA EM FACE DO OFENSOR. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO ISONÔMICO. ART. 5º DA CF/1988. INCONSTITUCIONALIDADE.

1. A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho tem legitimidade ativa para ajuizar ação direta de inconstitucionalidade em face de norma que institui tarifação do valor de indenização por dano moral no âmbito das relações de trabalho (art. 223-G-§1º da CLT, inserido pela Lei 13.467/2017), por se tratar de matéria ínsita ao campo de atuação institucional da magistratura trabalhista. Precedentes.

2. A Constituição de 1988 positivou os direitos humanos de personalidade, conferindo à integridade moral do indivíduo status de direito fundamental, cuja tutela (CF/1988, arts. 5º- V-X-§2º) se assenta no dever de proteção da dignidade da pessoa humana (CF/1988, art. 1º-III), epicentro axiológico da ordem constitucional. Precedentes.

3. A tarifação legal prévia e abstrata de valores máximos para indenizações por danos extrapatrimoniais afronta o princípio da

reparação integral do dano moral, sempre que, nos casos concretos, esses valores não forem bastantes para conferir ampla reparação ao dano, proporcionalmente ao agravo e à capacidade financeira do infrator (CF/1988, art. 5º-V), inibindo o efeito pedagógico-punitivo da reparação do dano moral. Precedentes.

4. Os bens ideais da personalidade, como a honra, a imagem e a intimidade da vida privada não suportam critério objetivo, com pretensões de validade universal, de mensuração do dano à pessoa. Por conseguinte, a reparação do gravame a tais bens “não é reconduzível a uma escala econômica padronizada, análoga à das valorações relativas dos danos patrimoniais” (RE 447.584/RJ, Relator Ministro Cezar Peluso). Jurisprudência reiterada no julgado da ADPF 130/DF, Relator Ministro Ayres Britto.

Parecer pelo conhecimento da ação e pela procedência do pedido.

Em 10 de setembro de 2019, a Procuradoria-Geral da República noticiou celebração de acordo nos autos da Ação Civil Pública nº Ação Civil Pública nº 0010261-67.2019.5.03.0028, “movidada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) – Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região -, em face da Vale S.A., cujo objeto central era a justa reparação dos danos morais e patrimoniais dos familiares dos trabalhadores fatalmente vitimados pelo acidente do dia 25/01/2019, além de outros direitos trabalhistas de natureza individual homogênea de sobreviventes e familiares (estabilidade no emprego; atendimento médico; auxílio-creche; auxílio-educação, etc.) e de compensação por danos extrapatrimoniais sociais (“dano moral coletivo”)”. Nesta oportunidade, a Procuradoria-Geral da República informou que:

“(…)”

Importa atentar que os montantes per capita em benefício dos tutelados pela ação coletiva, familiares dos trabalhadores mortos no sinistro, foram muito superiores aos rasos padrões fixados nos artigos consolidados questionados, na medida em que a própria empresa reconheceu, mesmo antes de qualquer controle de constitucionalidade incidental quanto ao aspecto em enfoque, a inadequação dos parâmetros atuais da CLT.

O acordo foi celebrado no último dia 15/07/2019,2 nos seguintes termos: A ré pagará aos substituídos que aderirem ao presente acordo, familiares de empregados próprios e terceirizados falecidos ou desaparecidos quando da queda da barragem BI, de Brumadinho, as parcelas abaixo discriminadas:

1) Indenização por danos morais, no importe de: a) R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) para cônjuge ou companheiro (a), pai, mãe e filhos, incluindo menor sob guarda, individualmente; b) R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para irmãos, individualmente;

2) Seguro adicional por acidente de trabalho, no importe de R\$200.000,00 (duzentos mil reais), a serem pagos a cônjuge ou companheiro (a), pai, mãe e filhos, incluindo menor sob guarda, individualmente.

3) Indenização por danos materiais aos dependentes econômicos, assim considerados: a) cônjuge ou companheiro(a), filhos, incluindo o menor sob guarda, a.1) em caso de existência de cônjuge ou companheiro, o valor será dividido igualmente entre as partes, até que os filhos e dependentes completem 25 anos para efeito do cálculo da quota, e após, ao cônjuge ou companheiro (a) exclusivamente, ou por convenção das partes, desde que respeitada a cota mínima para os menores até que atinjam 25 anos. a.2) em caso de inexistência de cônjuge ou companheiro o valor total da indenização será pago integralmente dividido entre os filhos. b) na falta daqueles mencionados no item "a", será pago aos pais, em partes iguais; c) na falta daqueles descritos nos itens "a" e "b", será pago aos irmãos, em partes iguais. A apuração dos valores considerará os danos materiais até a data em que a vítima (empregados próprios e terceirizados) completaria 75 anos, considerando-se na base de cálculo o salário mensal, gratificação natalina, férias acrescidas de um terço, PLR de 3,5 salários e cartão-alimentação ou ticket de R\$ 745,00 por mês, garantido o valor mínimo de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), pagos em parcela única, com deságio de 6% ao ano; 3.1) Esclarece-se que, para o terceirizado, a média da PLR e o cartão de alimentação ou ticket dependerão do recebimento da referida verba durante o contrato de trabalho.

4) Plano de saúde nos moldes do ACT vigente em 25/01/2019 e autorizado pela ANS e sem coparticipação, para os familiares de empregados próprios e terceirizados a seguir discriminados: a) os cônjuges ou companheiros(as), de forma vitalícia; b) aos filhos /dependentes, até que estes completem 25 anos. O plano odontológico não está incluído nos termos do presente acordo;

5) Atendimento psicológico e psiquiátrico aos pais dos falecidos e desaparecidos (empregados próprios ou terceirizados), em rede credenciada, até a alta e sem coparticipação, para tratamento das consequências advindas da perda de filho(a) quando do rompimento da barragem BI.

6) Auxílio-creche de R\$920,00 (novecentos e vinte reais) mensais para filhos até três anos de idade, e auxílio-educação de R\$998,00 (novecentos e noventa e oito reais) mensais para filhos entre 03 e 25 anos de idade, de empregados próprios e terceirizados, atualizável

anualmente pelo INPC. As partes pactuam, ainda, as seguintes condições:

I) Ficam garantidas as condições ora pactuadas para os familiares das vítimas, que tenham firmado acordo individual homologado em Juízo, devendo para tanto fazer a adesão ao presente acordo, para percepção da complementação.

II) A Vale S.A pagará, ainda, indenização por danos morais coletivos, no importe de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), vencível no dia 06/08/2019, mediante depósito judicial, sob pena de multa de 50% em caso de descumprimento, cuja destinação será definida por comitê composto por Justiça do Trabalho, Ministério Público do Trabalho, Defensoria Pública da União, assegurando-se a participação das famílias através de representante da Comissão /Associação das Famílias atingidas a ser indicado ao comitê, caso o façam.

III) A ré garantirá aos trabalhadores próprios e terceirizados, que estavam lotados na Mina do Feijão no dia do rompimento da barragem BI, estabilidade no emprego pelo período de três anos contados a partir de 25/01/2019, com possibilidade de conversão em pecúnia, por iniciativa de qualquer das partes, utilizando-se a base de cálculo da indenização por danos materiais;

IV) A ré garantirá aos trabalhadores sobreviventes, assim considerados os empregados próprios e terceirizados que estavam trabalhando na Mina do Feijão no momento do rompimento da barragem BI, estabilidade no emprego pelo período de três anos contados a partir de 25/01/2019, com possibilidade de conversão em pecúnia, por iniciativa de qualquer das partes, utilizando-se a base de cálculo da indenização por danos materiais;

V) Os honorários advocatícios de sucumbência de 10% sobre os valores devidos a título de indenização por danos materiais, morais individuais e seguro adicional por acidente de trabalho serão objeto de arbitramento na fase de execução quanto aos favorecidos, considerando a atuação das entidades sindicais na fase de conhecimento. Fica facultada a assistência na adesão por outros advogados particulares, caso seja opção da parte. Eventual divergência em torno da titularidade dos honorários não prejudicará a eficácia da quitação do depósito da verba pela Ré.

VI) Não incidirão honorários advocatícios sobre a indenização por danos morais coletivos.”

Por fim, a Procuradoria-Geral da República reafirmou o parecer pelo conhecimento e procedência do pedido de declaração de inconstitucionalidade dos dispositivos impugnados nestas ações diretas de inconstitucionalidade.

A questão posta à análise deste Supremo Tribunal Federal é a compatibilidade, ou não, das normas incluídas pela Lei 13.467/2017 na Consolidação das Leis do Trabalho, as quais estabelecem limites máximos e proporcionais aos salários dos trabalhadores para a fixação de danos extrapatrimoniais decorrentes da relação de trabalho.

A tarifação dos danos extrapatrimoniais pelo legislador ordinário é medida que instiga reflexões, no âmbito constitucional, em pelo menos duas direções: a do direito fundamental à justa indenização pelas ofensas sofridas e a do tratamento isonômico quando assemelhados os contextos ofensivos.

A busca pela resposta constitucional à questão da constitucionalidade da tarifação dos danos extrapatrimoniais decorrentes de relação trabalhistas exige um olhar atento para a responsabilidade com a dignidade do outro, como sujeito merecedor de igual respeito e consideração.

O Estado não pode furtar-se da tarefa de promover o bem de todos, no contexto de uma sociedade livre, justa e solidária, de forma que é dever do Estado agir de forma a potencializar a igualdade e o pluralismo como valores máximos da ordem jurídico-constitucional.

Como já tive a oportunidade de afirmar na ADI 5.357, de minha relatoria, Plenário, DJe 11.11.2016:

“(…)

Pluralidade e igualdade são duas faces da mesma moeda. O respeito à pluralidade não prescinde do respeito ao princípio da igualdade. E na atual quadra histórica, uma leitura focada tão somente em seu aspecto formal não satisfaz a completude que exige o princípio.

Assim, a igualdade não se esgota com a previsão normativa de acesso igualitário a bens jurídicos, mas engloba também a previsão normativa de medidas que efetivamente possibilitem tal acesso e sua efetivação concreta.”

A discussão encetada nos presentes autos remete diretamente aos postulados da dignidade humana e da isonomia, pois não é permitido ao

Estado, por nenhuma de suas funções, afastar-se do dever de tratar os cidadãos de forma digna e igualitária, especialmente quando se trata do cidadão-trabalhador.

Ao estabelecer limites intransponíveis para o juiz trabalhista fixar as indenizações por danos extrapatrimoniais decorrentes das relações de trabalho, sem que os mesmos limites se imponham ao juiz comum na fixação das mesmas indenizações decorrentes de relações civis de outras naturezas, está-se diante de uma inequívoca ofensa ao princípio da isonomia, expressamente estabelecido como direito fundamental pela Constituição da República de 1988, especialmente no seu art. 5º, *caput*.

Tal compreensão não é de todo diversa daquela que este Plenário já enfrentou no julgamento do Recurso Extraordinário 828.040, Relator Ministro Alexandre de Moraes, J. 05.09.2019, Tema 932, da sistemática da Repercussão Geral, em que se discutia a natureza jurídica da responsabilidade do Estado por acidentes de trabalho, em face do art. 7º, XXVIII, da CRFB. Naquela oportunidade, este Plenário assentou que não seria possível admitir, no sistema constitucional brasileiro, que pelo mesmo fato acidental, existisse um tipo de responsabilidade para as relações civis em geral e outro tipo de responsabilidade para as relações trabalhistas. A maioria entendeu pela equiparação das responsabilidades.

Verifica-se, pois, que há situações tais que invocam, de maneira auto-evidente, a incidência do princípio da dignidade humana (art. 1º, III, CRFB) como parâmetro constitucional limitador de práticas estatais manifestamente contrárias ao tratamento isonômico entre cidadãos.

A tarifação da indenização por danos extrapatrimoniais, restrita exclusivamente ao grupo dos trabalhadores, atinge esses cidadãos em sua condição essencial de existência como grupo de pessoas; viola subjetivamente a todas e cada uma dessas pessoas; viola também o fundamento da própria comunidade constitucional constituída em 1988, qual seja, a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CRFB).

A dignidade da pessoa humana não pode ser invocada de forma retórica, como grande guarda-chuva, acolhedor de qualquer argumento em razão de sua amplitude. É preciso ser exato: a dignidade da pessoa humana não é vagueza abarcadora de argumentos e posições de todo lado. Ao

contrário, e por refutação a isso, é preciso dar sentido e concretude a esse princípio inerente aos sujeitos e fundante de nosso Estado.(Vide: ADI 5.543, Relator Ministro Edson Fachin, DJe 26.08.2020)

O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana é aqui conclamado porque, mais do que fonte e fundamento de outros direitos fundamentais (como, por exemplo, o direito fundamental à igualdade), tem seu conteúdo nitidamente violado e, portanto, torna-se passível de aplicação direta ao caso em análise.

Assim sendo, por todo o exposto, pedindo excusas, **divirjo e julgo procedente o pedido das ações diretas de inconstitucionalidade 6.050 e das apensadas: 6.069 e 6.082**, para declarar a inconstitucionalidade dos artigos 223-A, 223-G, §1º, I a IV, e §2º da CLT, com a redação da Lei 13.467/2017.

É como voto.

Plenário Virtual - minuta de voto 22/06/2023